

**O curso de pedagogia da universidade de Pernambuco campus mata norte em consonância com o plano nacional de educação****The course of pedagogy of the university of Pernambuco campus mata norte in consonance with the national plan of education**

Recebimento dos originais: 25/02/2019

Aceitação para publicação: 26/03/2019

**Luciana Honorato**

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco  
Instituição: Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte  
R. Amaro Maltez, 201 – Centro – Nazaré da Mata – PE  
lucyanahonorato@hotmail.com

**Mirtes Ribeiro de Lira**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco  
Instituição: Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte  
R. Amaro Maltez, 201 – Centro – Nazaré da Mata – PE  
mirtes.lira@upe.br

**RESUMO**

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é a materialização de um documento que organiza prioridades e propõe metas a serem alcançadas. Dentre as vinte Metas propostas no PNE a Meta 13 prevê que a qualidade da Educação Superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado. Este artigo tem como objetivo investigar as ações e encaminhamentos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte para atender, especificamente, a Meta 13, proposta pelo PNE. Esta pesquisa foi financiada pelo CNPQ/UPE e desenvolvida durante o período de agosto/2016 a julho/2017, tem enfoque qualitativo, baseando-se na abordagem descritiva e documental. Na análise das três estratégias da Meta 13 do PNE, efetuada no presente artigo, observamos que por um lado, encontra-se presente, embora ainda embrionárias ações voltadas para uma melhoria no Curso de Pedagogia quanto à iniciativa de incentivar pesquisas a nível *stricto sensu*, mas precisa avançar quanto à responsabilidade em assegurar a presença de estudantes em avaliação externa, embora saibamos que este tipo de avaliação ainda está longe de ser a ideal.

**Palavras chaves:** Plano Nacional de Educação. Pedagogia. Educação Superior.

**ABSTRACT**

The National Education Plan (PNE) 2014-2024 is the materialization of a document that organizes the priorities and proposes goals to be achieved. One of the 20 Targets proposed in the PNE 13 goal stipulates that the quality of higher education is directly associated with various aspects, including teaching, research, extension, students' performance, the management of the institution and the degree of the faculty, especially in master's and

doctoral courses. This article aims to investigate the actions and referrals provided for in the pedagogic project of the course of pedagogy of the University of Pernambuco Kills North campus to meet, specifically, the 13 proposed by the PNE. This research was funded by the CNPQ/UPE and developed during the period of August/July 2016/2017, have qualitative approach based on descriptive and documentary approach. In the analysis of the three strategies the goal of PNE, 13 made in this article, we see that on the one hand, is present, although still embryonic actions geared toward an improvement in the course of pedagogy about the initiative to encourage the research level *stricto sensu*, but need to move forward with regard to the responsibility of ensuring the presence of students in external evaluation, although we know that this type of evaluation is still far from ideal.

**Key words:** National Education Plan. Pedagogy. Higher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

No cenário nacional brasileiro, nos últimos dez anos, o Curso de Pedagogia tem provocado uma série de reflexões que estabeleceram análises muito significativas em todos os Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

Criado em abril de 1939, pelo Decreto nº 1.190/39, o primeiro curso de Pedagogia institucional no Brasil, foi definido como bacharelado com a opção de um ano a mais para curso em licenciatura, através de um curso de didática, da seção especial, na Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia da Universidade de São Paulo. Assim, o Curso de Pedagogia surgiu marcado por certa indefinição, revelando um conflito provocado pela dicotomia e pelas tensões entre a formação do bacharel e licenciando. Surge um curso de bacharelado em Pedagogia sem especificar qual era o campo profissional de atuação dos egressos, e enquanto licenciatura, seu principal campo de trabalho era o curso normal, campo que também não era exclusivo do pedagogo, pois para lecionar no curso normal bastava apenas o diploma de curso superior, independente da área de formação.

Saviani (2008) enfatiza que desde a sua origem, a pedagogia levanta discussões em relação à formação profissional, e aponta que na criação do curso de Pedagogia, elementos curriculares já revelavam fragilidades a partir da construção de um currículo assentado nos antagonismos. De um lado o currículo de Bacharel em Pedagogia, entendido como técnico em educação que cursa didática geral e especial licenciaria como professor e de outro a formação de cursos com currículos para ensino de disciplinas, como Filosofia, História e Matemática no ensino normal médio, estabelecido na Escola Normal, predominando um currículo genérico, sustentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Assim, pode-se sentir a preocupação com a formação mais específica e metodológica do ensino.

Como reflexo de sua construção histórica do Curso, uma das questões que muito tem se levantado sobre o curso de Pedagogia no Brasil é a indefinição tanto ao seu direcionamento quanto à identidade profissional do pedagogo. Em resposta à falta de clareza da identidade do pedagogo, Silva (2002) ressalta que não pode ser considerado necessariamente com um problema, haja vista as diversas funções e especificidades que lhe foram atribuídas ao pedagogo com o passar dos anos refletiram e refletem as necessidades educacionais que surgiram e as políticas que pretenderam responder a estas.

Em face dessa realidade pesquisadores da educação vêm intensificando estudos e debates sobre a organização curricular do curso de Pedagogia, bem como compreender a construção da identidade profissional do pedagogo a partir das bases teóricas que a fundamentam. Contudo, a amplitude dos debates acerca do Curso de Pedagogia configura-se como decorrência das mudanças emergentes dos setores político, econômico e social, os quais têm influenciado fortemente o campo educacional, direcionando-o para novos horizontes e ideais pedagógicos.

Nesse sentido a história da pedagogia se entrelaça na história da educação, ainda que seu significado, em construção, evidencie uma série de conotações, para definição do termo, por conseguinte sua funcionalidade no contexto histórico.

Vale salientar, que esse fluxo muito se deve as Diretrizes Curriculares para formação de professores somada pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação apresentado nas últimas décadas. No entanto, não se pode reduzir a construção de um Curso para formação de professores, especificamente, o de Pedagogia, seja o resultado do aperfeiçoamento da legislação em vigor e nem tampouco apenas a aplicação das diretrizes curriculares. Pois, conforme, argumenta Saviani (1999, p. 10) o estudo da legislação, se revela um recurso para a análise crítica da organização escolar, “porque enquanto mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, reflete as contradições objetivas que, uma vez captadas, nos permitem detectar os fatores condicionantes da nossa ação educativa”.

Pois, conforme Libâneo (2003) há uma diversidade de práticas educativas intencionais na sociedade a qual se configura como uma ação pedagógica nas esferas escolar e extra-escolar, assim, ele considera o pedagogo:

um profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligada à organização e os processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos da

formação humana definidos em sua contextualização histórica (p.69).

Nessa mesma linha de reflexão, não podemos deixar de falar de formação de professor na Educação Básica, aqui especificamente, a formação de pedagogos, sem destacar o Plano Nacional de Educação (PNE) como um marco importante para educação pública brasileira, tendo em vista o cenário educacional brasileiro ao se tratar da oferta de uma educação de qualidade para todos.

Dentre as vinte Metas propostas no PNE a Meta 13 prevê que a qualidade da Educação Superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado.

Desse modo este artigo traz os seguintes questionamentos: Quais as ações e encaminhamentos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte para atender, especificamente, a Meta 13, proposta pelo PNE? Em que medida é discutida as estratégias propostas pela Meta 13 no Curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte?

## **2 CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO \_ CAMPUS MATA NORTE: TECENDO A HISTÓRIA**

A **Universidade de Pernambuco** teve sua origem na Fundação de Ensino Superior da Pernambuco – FESP, mantenedora, desde 1965, de um grupo de Unidades de Ensino Superior pré-existent no Estado. Extinta a FESP, em 1990, foi criada em seu lugar, pela Lei Estadual nº 10.518, de 29 de novembro de 1990, a Fundação Universidade de Pernambuco, instituição de direito público que viria a ser mantenedor da nova Universidade de Pernambuco, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 964, de 12 de junho de 1991.

A **Universidade de Pernambuco** é uma instituição pública de ensino superior presente em todas as regiões do Estado. Em seu complexo *multicampi*, formado por 15 unidades de ensino e três grandes hospitais, distribuídos no Recife e Região Metropolitana, em Nazaré da Mata, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro, Petrolina, Serra Talhada e Palmares. Além das unidades de ensino e saúde, integram também o complexo universitário da **Universidade**

**de Pernambuco**, a Reitoria e quatro escolas de Ensino Fundamental e Médio (Escola do Recife e Escolas de Aplicação).

A presença da Instituição nas diferentes regiões e cidades desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e econômico em que se insere, gerando não só formação de profissionais, como também a construção de conhecimentos e difusão articulada nas comunidades através da articulação do ensino, pesquisa e extensão. Visto que sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Atualmente, na Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte presta serviço a 47 municípios, notadamente a região da Mata Norte, Camaragibe, da área Metropolitana do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda entre outros e são oferecidos os Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Espanhol, Geografia, História, Letras; Matemática e Pedagogia e o Curso Tecnológico de Logística.

Destaquemos então o curso de Licenciatura em Pedagogia no *campus* Mata Norte que servirá de objeto desta pesquisa. O Curso de Pedagogia oferecido neste *campus* desde então tem formado diversos educadores que atuam em diversas escolas de Pernambuco e fora dele, atuando não somente enquanto docentes, mas gestores, coordenadores, assessores pedagógicos, na Educação de Jovens e Adultos, entre outras modalidades.

Desse modo, a Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte, antes denominada Faculdade de Formação de Professores da Mata Norte – FFPNM, foi criada graças ao decreto lei N° 1.357 de 28 de dezembro de 1966, publicado nas folhas 11.300 e 11.301 do Diário Oficial do Estado de Pernambuco do dia 29 de dezembro de 1966. Atualmente é considerada como centro cultural da região, está situada a 52 km do Recife, prestando serviço a 47 municípios, notadamente a região da Mata Norte, Camaragibe, da área Metropolitana do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda entre outros, contribuindo para o desenvolvimento do estado de Pernambuco na formação de mão de obra qualificada para atuar na área de ensino nas redes públicas e privadas.

Em 1967 o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, pelo ofício N° 359/67, comunicou a Resolução N° 09/67, aprovada em sessão plenária por unanimidade, autorizando o funcionamento dos cursos das licenciaturas de Ciências, Estudos Sociais e Letras, ocorrendo assim o primeiro vestibular no corrente ano. Após a Resolução do Conselho Estadual de Educação, através do decreto N° 73.959, do Presidente da República,

de 18 de abril de 1974, publicado no Diário Oficial da União, em 19 de abril de 1974, foi concedido o seu reconhecimento.

Em 29 de setembro de 1978, o Parecer Nº 11 do Ministério da Educação e Cultura converte essas Licenciaturas de curta duração em licenciaturas plenas. No ano seguinte a Portaria Ministerial Nº 630 de 09 de agosto de 1985, publicada no Diário Oficial da União, em 13 de agosto de 1985, seção I, página 11.731, concedeu o reconhecimento dos referidos cursos ministrados por esta Faculdade.

Ampliando a sua área de atuação, no dia 13 de abril de 1987, é publicado no Diário Oficial da União, o Decreto Nº 94.204 de 10 de abril de 1987 que autorizava o funcionamento, na Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte, do curso de Pedagogia, com habilitações em Administração e Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus (Atualmente Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Ao longo dos anos, e face às novas demandas educacionais, o Curso de Pedagogia tem buscado assegurar a relação teoria e prática em seu desenvolvimento, centrando-se na organização do trabalho pedagógico. Busca oferecer disciplinas atualizadas em que o foco seja o atendimento da complexidade da organização escolar, principalmente, em uma percepção que privilegie o/a educador/a social. A formação dos/as pedagogos/as vem sendo estruturada em uma malha curricular que valoriza disciplinas de um núcleo comum a todos que buscam a formação em Pedagogia, em consonância com outros cursos difundidos pelo Brasil e, em alguma medida, atendendo as especificidades regionais local (PPC, 2017).

No Projeto Pedagógico que atualmente encontra-se em fase de reelaboração, devido à proposta de unificação entre os demais Campi (Garanhuns e Petrolina), busca-se desenvolver na formação do pedagogo habilidades e competências, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Pedagogia.

No conjunto das discussões que envolvem a reformulação do Curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte está na preocupação em atender de forma efetiva as Resoluções de forma promover uma formação inicial aos/as estudantes do referido de forma plena para seu exercício profissional. Uma das inovações proposto não só para o Curso de Pedagogia como para os demais cursos de Licenciatura da Universidade de Pernambuco é a curricularização da extensão, onde tem a proposta de inserir na malha curricular, componentes voltados para a atividade de extensão.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado no curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte é que o mesmo tem seguido em escala ascendente de análise pelo MEC/ENADE. No período de 2008 a 2011, foi avaliado com o **conceito 2**, mas no período subsequente, superou tal conceito e recebeu o **conceito 3**.

O resultado da avaliação de larga escala supracitado representa os esforços realizados por toda a Universidade de Pernambuco, no sentido de favorecer a qualificação docente, melhorar as condições de trabalho desenvolvido pelos professores e coordenadores e consolidação de uma malha curricular em sintonia com as demandas sociais apresentadas para a atuação do pedagogo em diferentes espaços educativos, bem como, pelo fortalecimento dos vínculos dos alunos com a pesquisa e a extensão, elementos constituintes da Universidade.

### **3 O ENADE COMO SINALIZADOR DE MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA**

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é um importante instrumento de avaliação para pensarmos a Educação Superior contemporânea. Muito mais do que uma simples prova, essas questões pretendem fornecer um diagnóstico do estado de conhecimento da formação geral e específico nas diferentes carreiras de graduação. Articulado a outros instrumentos, ele integra o complexo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e funciona como um indicador de qualidade dos diferentes cursos.

O Enade é um componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar a participação ou dispensa da prova no histórico escolar dos estudantes. É aplicado com periodização trienal para os cursos de uma determinada área. O triênio delimita o denominado ciclo avaliativo do SINAES, cujo objetivo é aferir a aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Enade, na sua configuração atual, foi instituído pela Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em dezembro de 2010). Segundo a referida Portaria, o Enade deve ser realizado pelo Inep, sob a supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e apoio técnico de Comissões Assessoras de Área.

O Enade trata-se de um exame confiável, desenvolvido por especialistas em educação e formação profissional, testado e utilizado há onze anos. O objetivo do Enade consiste em

aferir o desempenho de estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação, considerando habilidades e competências adquiridas durante sua trajetória na IES nas esferas da Formação Geral, da Formação Específica, bem como da aquisição de competências necessárias a formação e ao exercício profissional. Assim, estima-se que por meio da Avaliação do Enade seja possível conhecer qual desempenho os estudantes apresentam com relação aos conteúdos de aprendizagem previstos para o curso e como está o desenvolvimento do estudante para o exercício de competências necessárias ao exercício profissional.

As questões da prova do Enade provem de um banco de itens, elaborados por um corpo de especialistas em educação e formação profissional, conforme orientação das Comissões Assessoras de Área. As provas são aplicadas trienalmente a cada curso, conforme calendário estabelecido para as áreas, de acordo com o enquadramento dos cursos efetuados pelo procurador institucional da IES.

Dentre os cursos avaliados pelo Enade 2014, destaca-se o curso de Pedagogia com 111.863 estudantes participantes, conforme pode ser verificada na figura 1 que apresenta as 10 áreas com mais estudantes participantes.

## DEZ ÁREAS COM MAIS ESTUDANTES PARTICIPANTES NO ENADE 2014

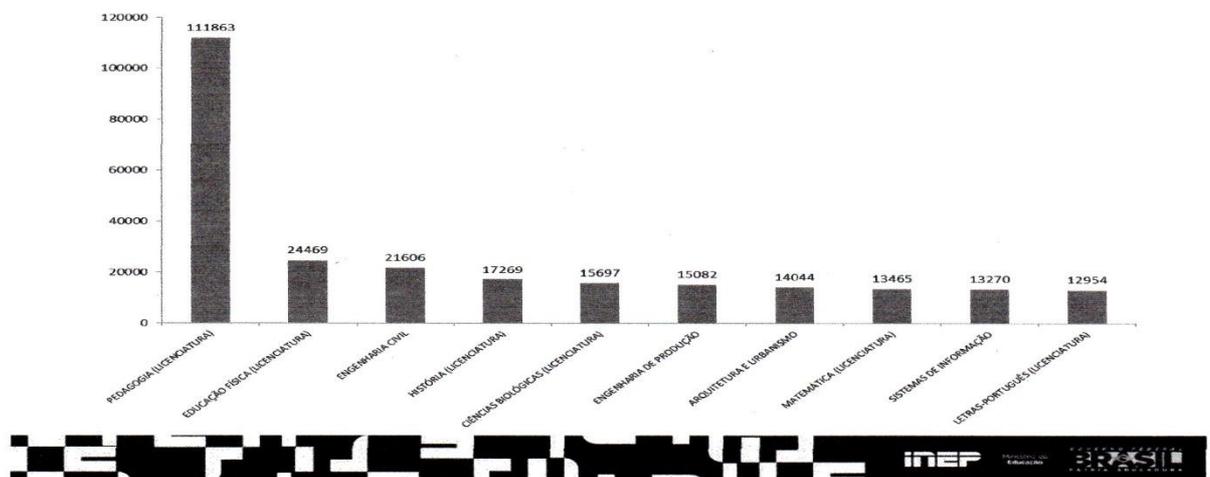


Figura 1: As 10 áreas com mais estudantes participantes do Enade 2014

Fonte: INEP / MEC (2015)

Cabe aqui ponderar que a avaliação é preponderantemente centrada na figura do estudante, pois, pode correr o risco de estar sendo dada ênfase a atributos menores, em detrimento de capacidades mais importantes como a relação ao ensino. Além disso, a

responsabilidade pela superação de possíveis deficiências na formação do estudante pode recair sobre o próprio estudante, uma vez que somente ele tem acesso ao seu desempenho no exame e porque tais dificuldades são apontadas pelo exame somente ao final do curso.

Várias conseqüências podem ser apontadas em relação aos baixos resultados, entre elas, a responsabilização dos professores perante os resultados obtidos pelos estudantes e, dos estudantes em relação ao conceito atribuído à IES. Contudo, ambas as partes (estudantes e Instituição) não podem fugir da responsabilidade que seu papel tem perante a formação inicial ao desejar um Curso de qualidade.

Vale ressaltar que a nota do Enem é computada para os estudantes ingressantes de cada curso e faz parte do cálculo do CPC do curso.

A partir de 2008, o Conceito Enade passou a considerar em seu calculo apenas o desempenho dos estudantes concluintes que compareceram ao exame, ou seja, os estudantes concluintes participantes do Enade em 2014 (Nota Técnica Daes/Inep no 57/2015).

Suas questões não se atêm apenas aos conteúdos programáticos, mas, segue o modelo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação, que se propõe a avaliar diferentes competências e habilidades que os estudantes, de modo geral, devem ter desenvolvido ao longo dos anos de passagem pela universidade.

#### **4 O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EM BUSCA DE DIÁLOGO**

A temática formação de professores tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores desde a década de 1960 até os dias atuais. Procuram-se aperfeiçoar os futuros docentes com as melhores formas de ensinar, o que corresponde ao uso das melhores técnicas para adquirir os melhores resultados. Esse tipo de abordagem levou as políticas educacionais à unificação dos currículos, evitando assim possível desvio provocado pela falta de preparação da maioria dos docentes. A padronização era uma proposta da escolanovista, pois tinha como objetivo romper com a escola tradicional pela diversificação das técnicas didáticas.

Anísio Teixeira (1997) desde há muito tempo afirmava que a sociedade necessitava de um novo tipo de mestre, com mais cultura e conhecimento. Portanto, o desenvolvimento do professor deveria ocorrer em nível superior, para diminuir radicalmente o número de educadores despreparados para a sala de aula. Para isso, o professor precisaria de uma

formação sólida, com uma preparação intelectual muito aprofundada, voltada tanto para a teoria quanto para a prática. Após essa formação, o profissional da educação poderia melhorar os conceitos oferecidos na formação inicial com suas próprias experiências. Para tanto, necessitaria lançar mão dos novos recursos tecnológicos, dos quais faria uso para dinamizar suas aulas, que além de se esvaziarem de conteúdos políticos, estariam repletas de reflexão política, sobretudo em debates. Assim, o professor deixaria de ser o dono do conhecimento e passaria a ser um mediador, motivador e direcionador do processo pedagógico.

No início da década 1960, houve um debate, da elaboração do trâmite da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Reuniram-se para defender a escola pública em detrimento da escola privada. Entre eles estavam liberais, sociais-democratas, socialistas etc.

A LDB 4.024/61 sintetizou a luta desses educadores e garantiu algumas conquistas para a escola pública. Insuficientes, porém, para garantir um ensino de qualidade para os brasileiros. Em 1964, no início da ditadura militar, novamente o debate sobre a educação foi silenciado, pois, para garantir a liberdade, muitos educadores ocultaram seu discurso político, e quem insistiu sofreram duras consequências. Um momento importante desse período foi à promulgação da lei 5.692/71, um duro golpe para os educadores progressistas.

Na década de 1980, com a redemocratização do país chegam ao Brasil os estudos críticos da educação, baseados em teorias socialista, sobretudo marxistas. Alguns estudiosos chamam atenção para o caráter produtivista da escola, levando os educadores brasileiros a uma revisão de suas propostas questionada sobre o papel do estado, a ideologia ao trabalho dos educadores, a luta entre proletariado e burguesia.

Saviani (1999) discutiu sobre a necessidade de uma nova visão do papel da educação, propondo uma teoria chamada crítico-social dos conteúdos ou teoria histórica-crítica, pela qual a escola podia combater o sistema de ideias predominante rumo à transformação social. Propôs uma formação de professores fundamentada na reflexão sistemática, na qual a educação é vista como um campo dinâmico, dialético e, portanto, cheio de contradições que surgem quase sempre do ponto de vista metodológico, sociológico.

As discussões sobre a LDB deu início em 1986, apresentando como assunto principal a transformação social por meio da discussão democrática, que procurava propor uma assembléia nacional constituinte para o país.

Na tentativa de estabelecer uma LDB coerente com a realidade brasileira, que pudesse ser aprovada e efetivamente contribuir para o avanço da educação, Darcy Ribeiro apresenta no senado o projeto n. 67/92. Ao apresentá-lo de alguma forma tenta enterrar o debate educacional contido na Carta de Goiânia, que ficou claro no projeto final que deu origem a LDB 9.394/96, no qual estão contidas 300 das 400 emendas propostas pelos educadores. Darcy Ribeiro destaca em seu projeto uma revolução educacional que se realize gradativamente, garantindo a todas as crianças brasileiras o acesso á escola e o sucesso escolar.

Nesse sentido, a formação dos profissionais da educação conta com um capítulo na LDB 9.394/96. A comparação dessa Lei com a 5.540/68 e a 5.692/71 aponta para uma maior preocupação com a formação do profissional da educação e com suas condições de trabalho, um significativo progresso, que pode ser percebido em vários artigos.

A Lei 9.394/96, no artigo 61 desconsidera a adaptação as diferentes regiões do país, fato que pode ser percebido como positivo, visto que os profissionais da educação devem estar preparados para atuar em qualquer parte do território nacional e com educandos de qualquer região. Além disso, enfatiza a associação entre teoria e prática, tanto na graduação como na capacitação em serviço. O que representa outro avanço que é com a preocupação com a práxis do profissional da educação. Para isso converge o artigo 64, que estabelece no mínimo de 300 horas de prática de ensino, exceto na formação de docentes que atuarão no ensino superior. Ainda nesse artigo 61 da LDB 9.394/96, abre espaço para o aproveitamento de experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades, o que permite a formação de cursos de graduação plena em dois anos.

A LDB 9.394/96, no artigo 62, representa um grande avanço em relações as leis 5.540/68 e 5.692/71, estabelece que a formação dos profissionais da educação básica deve acontecer em nível superior, em licenciatura plena. Os cursos de licenciatura plena, em sua maioria, têm quatro anos de duração e estão sendo avaliados anualmente pelo MEC. Que vem exigindo das faculdades um corpo docente formado por especialistas e contratação de mestres e doutores formados em programas de pós-graduação reconhecida pela CAPES. Nesse mesmo artigo admite como exigência mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a formação obtida em nível médio, na modalidade normal.

A nova lei da educação dificulta qualquer possibilidade de professores permanecerem na Educação Básica sem formação superior e, portanto, possibilita a melhoria da qualidade do ensino ministrado na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

A escola exige, então, um perfil diferenciado de educador e um preparo para realizar a dialética da aprendizagem, de modo que é preciso pensar como estão sendo conduzidas as formações dos profissionais ante as metas e objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), seus desafios na ação do educador e a aplicação desta política nacional.

O Plano Nacional de Educação traz consigo inovações propostas pela sociedade que através de debate por conferências, elaborou um documento com proposições para o novo decênio, o qual resultou na aprovação da Lei 13.005/14. Desafio urgente provocado pelas mudanças na sociedade que se impõe aos educadores, no enfrentamento das questões, cotidianas e sistêmicas, e rompimento de paradigmas que os limitam, cabendo a estes buscar instrumentos para reorganiza-se na escola criando espaço de desenvolvimento do conhecimento para inclusão das necessidades contempladas no documento- PNE, bem como as condições para aplicação das metas e estratégias.

Dentre as vinte Metas propostas no PNE a Meta 13 prevê que a qualidade da Educação Superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado. Entretanto, para este estudo será tomado como análise três estratégias da Meta 13, são elas: 13.2, 13.4 e 13.5.

A estratégia 13.2 tem como objetivo ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, de modo ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação. Nessa estratégia faremos um levantamento do quantitativo de estudantes que já participaram do ENADE e os resultados alcançados nos itens relacionados especificamente as aprendizagens resultantes da graduação.

A estratégia 13.4 tem como objetivo promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os as demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico- raciais, a diversidade e as necessidades das

peças com deficiência. Nessa estratégia analisaremos nos projetos pedagógicos construídos desde a implantação do curso até o atual, observando os cuidados sobre a formação geral e específica com as questões didática- pedagógica para alcançar.

A estratégia 13.5 tem como objetivo elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem efetivamente pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em vista disso, este estudo, traz os seguintes questionamentos: Quais as ações e encaminhamentos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte para atender, especificamente, a Meta 13 proposta pelo PNE? Em que medida é discutida as estratégias propostas pela Meta 13 no Curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte?

## **5 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Esta pesquisa tem enfoque qualitativo, baseando-se na abordagem descritiva e documental. As pesquisas qualitativas possuem características multi metodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coletas de dados. Entre os mais aplicados, está à entrevista (individual e grupal) e a análise de documentos.

Vale acrescentar, que uma pesquisa configura-se como descritiva, conforme Silva e Schappo (2002) quando visa à observação, ao registro, à análise e à correlação de fenômenos ou fatos em um contexto na busca da frequência com que eles ocorrem.

Os dados desta pesquisa foram coletados em três etapas: (1) levantamento e análise dos projetos de pedagógicos do curso da UPE/Mata Norte, e especificamente as matrizes curriculares; (2) análise dos dois últimos resultados do ENADE do curso de Pedagogia e (3) análise da relação das ações previstas na Meta 13 especificamente, nas estratégias 2, 4, e 5 com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

Entretanto, para este artigo será contemplado os resultados das análises dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da UPE com as estratégias selecionadas da Meta 13 do PNE.

## **6 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados está ancorada na técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2000) atenderá cada etapa proposta para a realização da pesquisa. Inicialmente apresentaremos a análise relacionada ao Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da

Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte. Como já foi sinalizado, anteriormente, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UPE/Mata Norte teve seu início no ano de 1987 com habilitações em Administração e Supervisão Escolar. Desde então vem passando por mudanças acompanhando as reformas e resoluções procurando atender as necessidades presentes na sociedade contemporânea primando à qualificação da formação inicial dos futuros professores.

Ao longo dos anos, e face às novas demandas educacionais, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte tem buscado assegurar a relação teoria e prática em seu desenvolvimento, centrando-se na organização do trabalho pedagógico. Busca oferecer componentes curriculares atualizados em que prima uma formação inicial com foco na docência da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental de forma a favorecer o desenvolvimento de um profissional com competência científica que atue de forma ética, crítico-reflexiva e criativa em espaços escolares e não escolares.

As discussões e os debates promovidos durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte, foi estruturado nas Resoluções CNE/CP 27/2001 de 02/10/2001, CNE/CP1 de 18/02/2002 e CNE/CP2 de 19/02/2002, CNE/CP9 de 02/10/2001 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, homologadas em maio/2006 e a Resolução nº 2 de 01/07/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de nível superior e para formação continuada. Junto às Resoluções e Diretrizes a reestruturação do projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia contempla o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/ 2014-2018) da Universidade de Pernambuco.

Nesse processo algumas demandas foram observadas com vistas à melhoria da sua qualidade, dentre elas destaca-se a:

- mudança da malha curricular, atentando para a carga horária dos componentes e os objetivos formativos de cada um deles, visando garantir o atendimento, não apenas da demanda do mercado de trabalho na área específica da Pedagogia, mas promover uma melhoria na atuação dos profissionais egressos do curso;

- ampla oferta de componentes curriculares eletivos, de modo que para os/as graduandos/as possam escolher dentro dos semestres, os componentes eletivos de maior interesse.

- atualização dos componentes curriculares observando as demandas sociais e as orientações bibliográficas do Exame Nacional do Desempenho do Estudante (ENADE);

- inserção de disciplinas eletivas de 60 horas ofertadas na modalidade semipresencial, através da tecnologia remota. O objetivo dessa nova configuração visa atender as novas diretrizes do MEC para os cursos de licenciatura, adequando-as 400 horas de Estágio Supervisionado e 400 de Prática. Tal ajuste está aportado nas indicações do Ministério da Educação, considerando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e no Art 1º do Decreto de nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 que afirma que as instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996. Em cumprimento as orientações do inciso terceiro do Decreto supracitado, as avaliações das disciplinas ofertadas semipresenciais são realizadas de forma presencial.

Face às novas exigências educacionais e aos resultados da avaliação, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia sofreu algumas alterações significativas na estruturação do curso. Essas alterações dizem respeito à concepção do curso e identidade do pedagogo, a matriz curricular, a carga horária, da concepção do Estágio Supervisionado, da Prática, da Pesquisa e do TCC na formação dos professores, como também no perfil do egresso e na definição de linhas de pesquisa (áreas temáticas) para o Estágio e TCC, bem como a regulamentação das atividades complementares integradoras.

Todavia a grande lacuna encontrada na formação inicial do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UPE/Mata Norte está na supervalorização no exercício da docência, voltada para a Educação Infantil, em detrimento das demais áreas de atuação que são demandadas ao profissional de pedagogia. Torna-se preocupante uma vez que pode tornar fragilizada a atuação do Pedagogo, como especialista em educação, nas tarefas de gestão, coordenação pedagógica, atuação em espaços não-formais e demais áreas.

Destarte o curso de Pedagogia, de modo geral, não consegue formar pedagogos para a inserção em inúmeras áreas de atuação e com demandas formativas em várias modalidades. Conforme enfatiza Pimenta (2004), a docência é uma profissão com identidade e estatuto epistemológico próprio, e que em si, o ensino é uma das manifestações da práxis educativa. Definir o pedagogo como professor dos anos iniciais é reduzir a potencialidade de sua inserção na práxis educativa.

A finalidade de um currículo de formação em Pedagogia deve ser a de formar o profissional Pedagogo, cientista educacional, ou seja, um especialista na compreensão, pesquisa e orientação da práxis educativa, que ocorre nas mais diversas instâncias sociais. Deverá ter como foco a qualificação e transformação de espaços educacionais em espaços educativos, através da cientificização da práxis educativa (MASCARENHAS e D'ÁVILA, 2017, p. 264).

Entretanto, estudos realizados por Gatti e Nunes (2009) e Libâneo (2010) têm demonstrado uma crise no curso de Pedagogia, uma vez que este não tem preparado adequadamente os/as licenciandos/as para exercer a docência em quaisquer que sejam os espaços ou a atuação profissional. Essa má preparação pode estar colocando em xeque o trabalho do Pedagogo e a dificuldade em mobilizar os seus conhecimentos profissionais, principalmente na escola. Além de que, conforme Libâneo (2010) a formação de professores de Educação Infantil e do Ensino Fundamental não podem mais prescindir de conhecimentos específicos dos conteúdos de Português, História, Geografia, Matemática.

Em se tratando dos cursos de Pedagogia da Universidade de Pernambuco, no momento atual, o maior desafio é a unificação do Projeto Político Pedagógico para que possa viabilizar uma mobilidade dos estudantes entre os seus três *campis* (Garanhuns, Mata Norte e Petrolina) como também posicionar-se quanto à identidade do pedagogo oriundo de uma Universidade pública estadual. Essa unificação é a junção de todas as matrizes curriculares de cada curso de Pedagogia que compõe a UPE de forma que contemple também as especificidades locais, regionais de cada *campus*. O prazo proposto para a unificação dos Cursos de Pedagogia da UPE com a nova malha curricular é até 2018. Essa nova matriz curricular, além de procurar atender as especificidades da formação inicial do pedagogo atenderá duas propostas regulamentadas pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) da Universidade de Pernambuco: (1) instituição de componentes curriculares comuns a todos os projetos de curso de Licenciatura na Universidade de Pernambuco (Fundamentos Filosóficos

da Educação; Fundamentos Sociológicos da Educação; Fundamentos Psicológicos da Educação; Fundamentos Antropológicos da Educação; Organização da Educação Nacional; Avaliação da Aprendizagem; Didática; Educação Inclusiva; Educação Étnico-raciais; Metodologia Científica; Língua Portuguesa na Produção do Conhecimento e LIBRAS perfazendo um total de 660 horas); (2) a curricularização da extensão nos cursos de licenciatura da UPE. Vale salientar esta última proposta ainda está sendo estruturada para sua implantação no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

O processo é sistemático e acontece a partir de discussões dos colegiados de cada curso sendo as propostas discutidas e apreciadas pelos professores que compõem os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cada curso. Após a cada sistematização é dado encaminhamento a Pró-reitoria da Graduação (PROGRAD) para que possa dar um direcionamento das contribuições de cada campus socializando e realizando plenárias de discussão e de tomada de decisão a partir das colocações dos membros presentes. Essa proposta de unificação é baseada pelas Diretrizes Nacionais de Educação e das Resoluções referentes à formação de professor e especificamente da formação do pedagogo.

Em relação às análises das matrizes curriculares, serão identificados os pontos comuns entre os projetos já vivenciados e suas peculiaridades. A partir dessas observações, propomos esquematizar e analisar a relação destes pontos com as respostas dadas pela Coordenação do Curso de Pedagogia. Após a coleta de dados através das análises dos documentos e da entrevista iremos confrontar os dados junto às três estratégias selecionadas da Meta 13 e que são pertinentes ao objeto de estudo, são elas: - Estratégia 13.2 - Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação; Estratégia 13.4 - Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência; e Estratégia 13.5 - Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem efetivamente pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Seguiremos então com a análise da Estratégia 13.2, como segue o quadro 01 abaixo.

<b>Número de alunos</b>	<b>2011</b>	<b>2014</b>
Matriculados	84	110
Presentes no ENADE	80	92

Em relação à estratégia 13.2 que diz respeito à ampliação do quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação podemos observar pelos dados apresentados no quadro xx, acima, em termos percentuais que no ENADE realizado de 2014 (83%) a frequência dos estudantes de Pedagogia da Universidade de Pernambuco campus Mata Norte foi menor em relação ao ENADE- 2011 (95%). Diante disso, podemos afirmar que a estratégia 13 não atendeu a perspectiva proposta quanto o de ampliar o quantitativo de estudantes presentes para a realização do ENADE. A que isso se deve? Os estudantes não foram conscientizados da importância da realização do ENADE para sua formação? A Instituição de ensino está realizando atividades, discussões a respeito do ENADE?

Em resposta a este último questionamento, destacamos o seguinte registro da entrevista pela Coordenação atual do Curso de Pedagogia campus Mata Norte,

(...) no PCC não há nada definido sobre o ENADE em relação estratégias. Atualmente pensamos em discussão juntos ao estudante não só da importância do exame para o curso, para instituição e para o próprio estudante ele estará diplomado em curso conceituado dentro da avaliação do MEC.

Embora tenha-se posto uma lacuna quanto à conscientização dos estudantes de Pedagogia em participar do Enade, não podemos deixar de registrar outros entraves, em forma de inferências que faz com que os estudantes não participem do Exame, e que é sempre divulgado entre os muros das Universidades e pelos próprios docentes, como por exemplo, a avaliação do Enade é mais difícil e com isso a falta de familiaridade com o padrão de provas do Enade pode levar a desestimular os estudantes a participarem. Embora haja controvérsias a esse respeito, não se pode negar a existência desse aspecto nas salas de aulas.

A Meta 13.4 que trata da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação a Coordenação do Curso de Pedagogia, faz a seguinte ponderação:

A meta 13.4 fala de promover a melhoria do curso de pedagogia por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela comissão nacional de avaliação da educação superior integrando-os às demandas e as necessidades da educação básica, de modo a permitir aos graduandos qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros. Dentro dessa qualificação do estudante a gente pode pontuar o estagio ele apresentar-se a relação teoria e pratica é o estudante durante a sua formação presenciando a teoria então o estagio é algo que contribui para a formação do pedagogo ele vem como significativo sendo discutido tem uma legislação própria do estagio como ele deve ser cumprido não só o curso de pedagogia mais de licenciatura em forma geral.

O fato de estudantes que estão em processo de formação docente vincular as melhorias do curso aos resultados de uma avaliação externa é passível de reflexão, embora a avaliação externa possa contribuir com a instituição dando subsídios a partir de seus resultados, ao repensar suas práticas, contudo essa avaliação não pode ser considerada como fator principal. Depresbiteris (2001, p.146) argumenta que a avaliação externa tem como finalidade “fornecer resultados para a gestão da educação, subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação”. Nesse sentido, ao repensar nas suas práticas leva a uma melhoria na qualidade do Curso, como foi citado acima à questão dos estágios onde observa-se uma preocupação revelada a partir dos resultados da avaliação e com isso contribuirá para a formação profissional dos pedagogos.

A terceira estratégia (13.5) analisada tem como proposta elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem efetivamente pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Quanto a essa estratégia a coordenação do Curso tem o seguinte posicionamento:

A meta 13.5 fala elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionado a sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós- graduação *stricto sensu*. Bem o curso de pedagogia aqui já tem aqui curso de mestrado profissional, cabe ao estudante ao docente dialogarem com o estudante sobre seus projetos de pesquisas e convidá-los a participarem. Já pensando na formação continuada temos especialização, mestrado e a universidade tem especialização, mestrado *stricto sensu*. Esse papel que o curso de pedagogia faz ou pelo menos tem tentado junto ao estudante participarem de grupo de pesquisa de ver a importância dessa formação continuada, não só no curso de graduação, na própria sala de aula. O professor ele é um pesquisador pena que muitas vezes não tem tempo de fazer a pesquisar ele

conhece o sujeito ele conhece a problemática ele buscar estratégia para solucionar aquela problemática, mas não tem tempo.

Em complemento com o posicionamento da Coordenação, a Universidade de Pernambuco tem um Programa de Fortalecimento Acadêmico (PFA) direcionado tanto para os docentes como os estudantes de forma promover pesquisas no meio acadêmico. É notório que nos últimos quatro anos houve um aumento de investimento por parte da Universidade de Pernambuco em financiar pesquisas, porém ainda não foi institucionalizada de forma plena a cultura de pesquisas entre os estudantes. Com a abertura do mestrado profissional em Educação esse quadro aos poucos está sendo revertido.

## **7 A GUIA DE CONCLUSÃO**

Inicialmente, os dados aqui construídos demonstram que o curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte oferece importantes elementos para uma reflexão sobre o planejamento e desenvolvimento curricular, ao permitir uma maior compreensão da questão da formação do pedagogo no contexto das políticas educacionais e da reestruturação do trabalho docente na atualidade.

Tomando como premissa que o bom desempenho dos estudantes confere à IES o *status* de instituição de qualidade e, por isso, atender aos seus critérios pode ser visto como qualificador do trabalho desenvolvido no curso. Nesse sentido, importa considerar que os dados corroboram que o Enade tem exercido influência na avaliação dos estudantes realizada em sala de aula.

A construção de um currículo que propõe reforma e a unificação curricular tem-se configurado na articulação e na compreensão da prática educativa do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UPE/Mata Norte.

Na análise das três estratégias da Meta 13 do PNE, efetuada no presente artigo, observamos que por um lado, encontra-se presente, embora ainda embrionárias ações voltadas para uma melhoria no Curso de Pedagogia quanto à iniciativa de incentivar pesquisas a nível *stricto sensu*, mas ainda precisa avançar quanto à responsabilidade em assegurar a presença de estudantes em avaliação externa, embora saibamos que este tipo de avaliação ainda está longe de ser a ideal. Entretanto, a avaliação externa tem interferido de forma positiva na organização do trabalho pedagógico e nas práticas avaliativas do curso de Pedagogia

De modo geral, enfatizamos, assim, a relevância de que planos e políticas educacionais tem na Educação Superior, contudo a necessidade de ampliação dos investimentos na educação permanece na pauta de amplos debates na educação, exigindo maior comprometimento do Estado no sentido de assegurar um padrão de qualidade de ensino seja ele na Educação Básica como na Superior.

### REFERÊNCIAS

BRITO, M.R.F. O SINAES e o ENADE: da concepção á implantação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3.841-850, nov.2008.

DEPRESBITERIS, L. Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos? **Boletim Técnico do Senac**. São Paulo, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira ( 1995-2009):Do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba,SP,v.15,n.1,p.195-224,mar.2010.

GATTI, B.A.; NUNES, M.M.R. (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Português, Matemática e Ciências Biológicas. Textos FCC, São Paulo, v. 29, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Prefácio. In: GUIMARÃES, V.S. Formação de Professores: saberes, identidade e profissão. 5ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.

\_\_\_\_\_ O ensino de graduação na universidade – a aula universitária na perspectiva da teoria histórico-cultural. In: XI Semana de Planejamento Acadêmico Integrado da UCG, 2003, Goiânia-GO, 2003.

MANUAL ENADE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação.

<http://download.inep.gov.br/educação-superior/enade/manuais/manual-enade-2011.pdf>.

MANUAL ENADE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação.

<http://download.inep.gov.br/educaçao-superior/enade/manuais/manual-enade-2014.pdf>.

MASCARENHAS, A. D. N.; ÁVILA, C. Da docência como identidade do pedagogo e as diferentes atribuições profissionais propostas pela DCNP -2006. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.10, n.2, p. 259-271, mai./ago. 2017.

PARECER CNE/CES n° 67/2003. Referencial para as diretrizes curriculares Nacionais-DCN dos cursos de graduação. Retrieved from <http://portal.mec.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067-03.pdf>.

PIMENTA, S.G. (org.). **O estágio e a docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Coleção polêmicas, Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, A. M. M . A didática em questão e as questões da didática. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Anais... Rio de Janeiro: ENDIPE, 2002.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação**. Florianópolis: UDESC, 2002.

TEIXEIRA, A. [Educação para a democracia: introdução à administração educacional](#). 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.